

TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL DO TRAUMA: função, outro traumatizante, outro mais frágil e hierarquia

Maria Rosa Ferrucci Monção*
Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto**

INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho foi o de apresentar e analisar as produções teóricas sobre trauma geracional em psicanálise. O objetivo foi o de descrever e analisar o que se tem escrito sobre trauma geracional em psicanálise. Essa proposta surgiu a partir de uma pesquisa mais ampla, realizada pelo orientador do presente trabalho, cuja meta era a de expor e discutir o trauma enquanto objeto do discurso psicanalítico depois de Freud. Após um levantamento inicial, tal pesquisa dividiu o material em um conjunto de temas. Um desses temas foi o trauma geracional também no discurso psicanalítico. Pela importância que este último tem na vida social e psíquica, escolhemo-lo como tema geral do trabalho que ora apresentamos.

De acordo com Féres-Carneiro e Magalhães (*apud* GOMES; ZANETTI, 2009), Freud deu início aos seus estudos enfatizando a subjetividade, uma vez que os casos com os quais se deparou a princípio o levaram a construir uma teoria acerca do aparelho psíquico individual. Entretanto, desdobramentos de seus estudos levaram à ideia de intersubjetividade constitutiva.

Em 1921, Freud (*apud* GOMES; ZANETTI, 2009) afirma que uma psicologia individual é também uma psicologia social, considerando que existe uma intersubjetividade atuante na constituição do indivíduo. Assim, um sujeito se desenvolve na relação com o outro, um auxiliar, objeto, modelo, etc. Deste modo, o conceito de transmissão psíquica é incorporado à psicanálise, bem como a importância de se compreender as relações grupais e familiares.

Na presente pesquisa, visou-se o estudo de textos referentes à transmissão do trauma entre diferentes gerações, tendo em vista as várias facetas deste nome, ou seja, considerando-o como consequência seja de um acontecimento natural e imprevisível, seja de uma ação planejada. Também pode ter sido um acontecimento experienciado individualmente ou em grupo, seja ele grande (um país inteiro) ou

*Mestre em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

**Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, docente da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

pequeno (uma família nuclear). A consequência traumática resiste ao tempo e, muitas vezes, à vida. Correa (2000) fala do traumatismo enquanto uma “vivência acumulativa não-metabolizada” (p. 66) que se torna difícil de ser pensada, uma vez que não respeita as regras fundadoras e necessárias para o convívio social.

Tendo isso em vista, dividimos esse tema mais geral, o do trauma geracional, em alguns poucos subtemas para realizar a proposta da pesquisa. Estes subtemas abordarão, de um modo geral, as definições de trauma utilizadas nos textos, a transmissão transgeracional do trauma e o outro e a família nesta transmissão e foram divididos em:

1. O outro e as relações assimétricas;
2. Definições de trauma;
3. Trauma e mecanismos inconscientes;
4. Transmissão transgeracional do trauma;
5. Função da transmissão do trauma;
6. Trauma e família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O OUTRO: RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS

Freud (*apud* CELES, 1999) considerou, a princípio, como causa da histeria uma relação sexual precoce, abusiva, que levasse à intensa excitação dos genitais. Tal fato deveria ocorrer na infância e ser produzido por um adulto. Essa irritação precoce dos genitais levaria, assim, à posterior psicose. Ou seja, o suposto fato acontecia na infância, era guardado pelo caráter mnêmico (capacidade de memória) e recalcado, mantido no inconsciente. A criança, devido à sua não maturação sexual, não respondia à excitação sexual. O que ocorria era uma imposição violenta da excitação genital através da sedução por parte de um adulto. Esta vivência infantil teria como condição para o caráter traumático do episódio sua não resposta à irritação genital e seu caráter mnêmico, que poderia despertar esta “lembrança” a qualquer momento (CELES, 1999). O caráter traumático do episódio era justamente o de não causar efeito imediato, mas sim posteriormente, pelo fato de o caráter mnêmico

(memória) possibilitar que a lembrança do episódio “viesse à tona” a qualquer momento.

Assim, segundo Celes (1999), Freud acredita que será em um segundo e posterior episódio, já na fase adulta ou de maturação sexual (na puberdade), que esta experiência será vivenciada como um trauma de fato. Este segundo episódio não é a causa da psicose em si. Seu caráter traumático é dado pela íntima relação com o primeiro, ocorrido na infância, o que faz com que o primeiro acontecimento torne-se sexual, “faça-se sexual”.

Este segundo acontecimento, daria, então, um significado ao primeiro, exigindo uma elaboração deste, que tomou um caráter traumático.

Podemos evidenciar a sedução exercida por outro, geralmente um adulto, como fator essencial para o trauma. Uma das condições para o trauma é a incapacidade do indivíduo em reagir a um acontecimento intenso em sua vida. Ora, a grande excitação genital vivenciada pela criança e imposta por um adulto é intensa e a criança não pode reagir a ela devido à sua não maturidade sexual, bem como à sua não maturidade psicológica e fisiológica. Assim, estas excitações não são elaboradas psiquicamente (LAPLANCHE; PONTALIS, trauma, 2001).

Com base nisso, nota-se que a ação do outro é fundamental na construção ou determinação do trauma psíquico. E este outro parece se configurar como um outro maior, mais forte, mais potente e imponente, ao ponto de deixar o indivíduo “receptor” de suas ações sem capacidade de reação.

Entretanto, Freud abandona essa teoria da sedução, afirmando que os acontecimentos da infância de excitação sexual imposta não são necessariamente verdadeiros, reais, mas sim fantasmáticos. Tal fato implica em considerar não somente a realidade prática, mas também uma realidade psíquica. Para Freud, essas fantasias infantis serviriam para tornar a atividade sexual da criança, auto-erótica, mais elevada, objetual (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

De qualquer maneira, seja na realidade prática ou na realidade psíquica, há a presença do outro imponente. Para Freud, de acordo com Laplanche e Pontalis (2001), o outro pode ser até mesmo uma criança de sua idade. Também pode ser a mãe, em seus cuidados corporais para com a criança, o que configuraria uma sedução real, na medida em que, de fato, suas carícias cuidadoras no corpo da criança são sedutoras.

Em se tratando de trauma psíquico, faz-se necessário pensar no que se pode denominar de outro traumatizante. Este outro pode ser, como dito acima, uma outra criança, os pais, alguém da mesma idade ou mais velho. Todavia, uma situação, um contexto, uma cena, pode se configurar num outro traumatizante. Obviamente, indivíduos não raramente são partes de cenas e contextos. Entretanto, a diferença que é possível ser feita é a de que um acidente de carro, por exemplo, pode ser o outro traumatizante, na medida em que se impõe, é forte e, até mesmo, autoritário e a ele, acidente, é de extrema dificuldade reagir. O motorista do veículo, por exemplo, é parte do outro autoritário, mas não o configura por si só.

Considerando a diferença entre indivíduos isolados e indivíduos em grupo, a família também se configuraria em um outro traumatizante. Ao contrário da constituição do trauma, que implica num outro imponente, pode-se supor que a transmissão também implica num sujeito que carregará o fardo da necessidade de elaboração do trauma, aquele que, sem a elaboração, permanecerá travado, psiquicamente imobilizado. Este sujeito é mais frágil psiquicamente ou até mesmo “inferior” na hierarquia familiar (filho em relação ao pai, por exemplo). Porém, o frágil só o é em relação a determinadas pessoas ou em determinadas situações - ele não é sempre ‘o’ mais frágil; ele pode ser mais forte em relação a alguns aspectos e mais frágil em relação a outros, ou só aparentemente frágil. Nota-se que há sempre uma relação: o indivíduo não é forte ou frágil isolado; não cabe essa caracterização a um indivíduo considerado isolado, tampouco o estudo do trauma.

Temos assim uma relação de troca. Na constituição do trauma, ocorre, ao mesmo tempo, uma recepção e uma transmissão de conteúdos (inconscientes). Tal fato se dá de forma não nivelada, mas sim com diferenças de, chamemos, poder. O inconsciente receptor me parece mais frágil que o transmissor e tal diferença me parece essencial, necessária, indispensável.

DEFINIÇÕES DE TRAUMA

Para Freud (*apud* LAPLANCHE & PONTALIS, 2001), o trauma é consequência da incapacidade do indivíduo de reagir adequadamente à determinada situação, o que leva a implicações patógenas de longa duração na organização psíquica, pois houve

um afluxo de excitações superior à capacidade do indivíduo, impedindo-o de metabolizar e elaborar a situação.

O caráter traumático está relacionado à ameaça das condições essenciais à vida e à desorganização experimentadas pelos sujeitos, famílias ou grupos de modo inesperado e surpreso (LIRA *apud* FAÚNDEZ & CORNEJO, 2010).

A angústia, derivada de um excesso de excitação provocada pelo acontecimento traumático e a incapacidade de contê-lo transformando-o em experiência metabolizada, provocará necessariamente desorganizações secundárias, efração dos envelopes individuais e grupais, aumentando a violência nos diversos espaços psíquicos. (CORREA, 2000, p. 66)

Os eventos traumáticos produzem, assim, uma intensa excitação, a qual gera angústia. Esta não é elaborada e é mantida no inconsciente. Esta memória (envelopes) será “reativada” posteriormente devido ao caráter mnêmico, aberta, rompida (efração), o que leva à violência e sofrimento psíquicos.

TRAUMA E MECANISMOS INCONSCIENTES

Clivagem, Pacto Denegativo e Alienação

Não havendo a elaboração do trauma, de acordo com Correa (2000), ocorrem os mecanismos de clivagem. De acordo com o dicionário da língua portuguesa Aurélio (1994-95), clivagem é a “propriedade que têm certos cristais de se fragmentar segundo determinados planos, que sempre são faces possíveis do cristal” (p. 155).

É possível pensar no Eu como um cristal, em sua forma original, para entender o uso deste termo. Para começar, o cristal possui um formato que não se encaixa em um plano. Assim como o cristal, o Eu possui diversos lados, diversas facetas, diversas dimensões. A clivagem seria a separação destas facetas, fazendo com que cada uma encontre um plano correspondente, o que faz com que o cristal/Eu perca sua configuração inicial, sua característica peculiar e se torne irreconhecível enquanto tal, mas não deixando de sê-lo. Estamos falando em lapidá-lo. Em psicanálise,

poderíamos dizer ou que ele se torna inconsciente, uma vez que não corresponde ao aceitável, ou que seria lapidado para poder ser consciente. Deste modo, a clivagem, enquanto um mecanismo psíquico, tem a função de diminuir a dor e o sofrimento que possuem em si próprio através da perda da configuração estranha e muito pouco cabível no plano da vida, consequências da experiência traumática. Assim, surgem os pactos denegativos.

O pacto denegativo é proposto, enquanto conceito, por Kaës (2000). Consiste em um acordo inconsciente sobre o inconsciente entre diferentes (dois ou mais) sujeitos, seja de uma família ou de um outro grupo qualquer e até mesmo na relação entre analista e analisante. Ele é, ao mesmo tempo, organizador do laço que liga as partes subjetivas e defensor de cada uma delas. Organiza a construção dupla dos conjuntos subjetivos, sendo esta positiva e negativa (por isso é dupla) e ambas servem para manter esta relação. A organização positiva se refere à identificação, ideais e crenças comuns, contrato narcísico e realização de desejos. A organização negativa se dá pelas renúncias, restos, recalcamientos, sacrifícios e rejeições. O pacto denegativo, desta forma, “cria no conjunto do não-significável, do não-transformável: zonas de silêncio, bolsões de intoxicação, espaços-lixreira ou linhas de fuga que mantêm o sujeito estrangeiro à sua própria história” (p. 46). Segundo este autor, os pactos denegativos sustentam o destino do recalcamiento e da repetição nos casais, nas famílias e em outras repetições.

Esse acordo inconsciente sobre o inconsciente é imposto ou concluído com vários objetivos: para que o laço se organize e se mantenha em sua complementaridade de interesse; para que seja assegurada a continuidade dos investimentos e dos benefícios ligados à subsistência da função dos Ideais, do contrato ou do pacto narcísico. O que está em jogo no laço, inclusive o custo psíquico que se convém pagar para que o laço se mantenha, é justamente isso que não poderia estar em questão entre aqueles que ele liga, em seu interesse mútuo, em virtude da dupla economia cruzada que rege as relações dos sujeitos singulares e da cadeia de que são membros. É nisso que o pacto denegativo aparece *a minima* como contraface e o complemento do contrato narcísico (KAËS, 2000, p. 46).

O pacto denegativo vem, então, para dar uma nova forma ao cristal desconfigurado, ou seja, reorganizar o Eu e suas relações. Esta forma será, aparentemente, mais condizente com a vida do indivíduo. Apenas aparentemente. O que realmente acontece é que essa nova configuração deixará o sujeito alienado de sua própria história, pois foi ela – ou grande parte dela – que foi, na verdade, desconfigurada.

Os eventos mais dolorosos não são os mais alienantes; em contrapartida, qualquer acontecimento poderá ser traumático e alienante para os descendentes se não puder ser elaborado, se for transmitido sem que os afetos que suscita possam ser tolerados, sem que um pensamento sobre este acontecimento venha contê-lo e representá-lo. (GRANJON, 2000, p. 31-32)

A alienação que o trauma evoca parece, então, consistir na incapacidade de o sujeito traumatizado ou sujeito receptor (pela transmissão) do trauma ter de seguir adiante em sua vida antes de exercer sua função, que seria a elaboração deste trauma.

TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL DO TRAUMA

A incapacidade psíquica do sujeito em reagir a uma determinada situação leva, posteriormente, à configuração desta como traumática a ele e, como não é metabolizada, leva à clivagem.

Com a comparação feita anteriormente com o cristal, pode-se dizer que a desconfiguração do Eu que carrega um conteúdo traumático herdado resulta da necessidade de cada uma de suas partes encontrar seu plano correspondente, encontrar o real significado dos conteúdos que carregam. A nova configuração não consegue ser perfeita, pois as significações do conteúdo traumático herdado não pertencem a este Eu. Assim, ela deixa lacunas, porém também possibilita, por exemplo, a pertença ao grupo. A pertença ao grupo pode ser entendida como um plano correspondente a alguma(s) face(s) do Eu. O conteúdo traumático é tão forte que não corresponde a nenhum plano e, por isso, ele precisa ser desconfigurado e

reconfigurado para que o sujeito consiga manter alguns aspectos de sua vida, como à pertença à família. Entretanto, esta nova configuração aliena o sujeito de sua história, ou seja, deixa de lado a real configuração de uma parte de si devido à incapacidade de elaborar os conteúdos traumáticos herdados. Além do mais, esta nova configuração poderá ser transmitida psiquicamente a gerações seguintes.

Suassuna (2011) afirma que é na transmissão transpsíquica, que o conteúdo transmitido é introduzido à força para o interior do sujeito, de tal modo que este não tem chances nem meios para recusar este conteúdo. E “o que se transmite de um a outro é um traço inconsciente comum” (SILVA *apud* SUASSUNA, 2003, p. 05) e também, conforme Freud, (KAËS *apud* SUASSUNA, 2003) traços de memórias de vivências das gerações precedentes ou ainda, conforme Abraham e Torok (*apud* SUASSUNA, 2003), lacunas deixadas nos vivos pelos segredos dos mortos, gerando fantasmas que saem de tempos em tempos para agir em gerações posteriores. Deste modo, ocorre a interfantasmatisação, o que assinala a pertença ao grupo e que diz respeito à construção conjunta de um conteúdo fantasmático que vai além do fantasma individual ou da soma dos fantasmas individuais.

Dentre os tipos de transmissão psíquica, Suassuna (2011) coloca também a transmissão intrapsíquica e a intersubjetiva. A primeira se refere a processos que ocorrem no interior do sujeito individual, do pré consciente ao inconsciente, por exemplo. A transmissão intersubjetiva, que é geralmente acompanhada de um trabalho de transformação, dá-se num espaço intermediário e é sempre codificada (signos). Diferentemente desta última, na transmissão transpsíquica, discutida no parágrafo anterior, não há limite entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre o emissor e o receptor.

De acordo com Granjon (2000), na transmissão transgeracional ou transpsíquica, o conteúdo é transmitido em seu estado bruto, impossibilitando integração psíquica. Nela, a transmissão se dá pelas gerações (e não entre as gerações); leva o indivíduo a se tornar o responsável por uma parte “não-explicita e não-acessível” (p. 26) da história do outro; ocorre diretamente, sem espaço para modificação, correspondendo a repetições contínuas de acontecimentos experienciados; transmite o irrepresentado (modalidade negativa); “é o aparelho de transformação da família que falha ou que está ausente, afetando o sujeito singular e a intersubjetividade do grupo” (p. 26).

Correa (2003) chama a atenção para o fato de que Abraham e Torok trazem em seus trabalhos situações clínicas nas quais se evidenciam, no que diz respeito à transmissão psíquica entre as gerações, o trauma e a constante presença da pulsão de morte. Para estes autores, segundo Correa (2003), isto que é transmitido se constitui em um fantasma, ou seja, é intraduzível, são brechas no ego, uma sombra, um espaço, um vazio, algo sobre o qual não se tem consciência, existe, mas é indefinido. “O universo do fantasma se traduz, às vezes, em narrativas fantásticas que se aproximam do que Freud descreve como “inquietante estranheza”” (p. 38). Estes fantasmas são, então, inconscientes e são transmitidos do inconsciente dos pais ao inconsciente dos filhos de forma intrusiva, buscando acabar com o valor de “catástrofe narcisista” (p. 38) que tinha para um dos pais, ou seja, diminuir ou sanar a ferida narcísica que o vazio produzia nele. Deste modo, eles são organizadores internos da representação dos vínculos, ou seja, estes fantasmas que são, na verdade, vazios, demonstram o tipo de vínculo estabelecido entre o indivíduo e seu ancestral, um vínculo no qual se encontra uma brecha a ser, de alguma forma resolvida, preenchida, sanada.

A questão mais significativa é que se transmite o sentido das situações, podendo ser o negativo ou o não revelado traduzido como falta de sentido. Neste caso, a transmissão salienta especialmente que, o que fica enigmático, são os objetos perdidos, recalcados ou não integrados pelo sujeito, envolvendo, assim, as falhas nos processos de simbolização. (CORREA, 2003, p. 38-39)

Almeida (2010) propõe a noção de absoluto acerca da transgeracionalidade. Pautada na ideia de sistema de representações, de Hermann, ela propõe que o absoluto diz respeito “aos traumas em que a herança de representações aprisiona o sujeito à parentalidade e à ancestralidade. Veiculados pelos objetos primários a partir das relações ancestrais, os traumas no desejo do sujeito atingem a atividade representativa desse sistema” (p. 98). Assim, a representação dos diversos impulsos, das relações objetais e dos estados mentais dos indivíduos, a qual é função do sistema de representações, fica marcada por experiências passadas e desorganizada.

Podemos entender que o conteúdo transmitido é a nova configuração do Eu, ou seja, é o Eu lapidado, reconfigurado, e irreconhecível como tal. E assim, o que é transmitido é uma parte da história do outro que não se conhece, mas que está ali, irrepresentada na nova configuração. Assim, o receptor se torna responsável por aquilo que recebeu, mas que desconhece, que não entende. Ele não tem espaço para aceitar ou não este conteúdo; ele precisa acatar para se manter pertencente àquele grupo familiar.

O indivíduo é, então, paralisado/imobilizado em seu desenvolvimento devido a emoções e fatos que restringem seus desejos. Tal fato possui relação com o que Hermann denomina de imobilidade psíquica. Assim, o sistema representacional, isto é, representação de impulsos, relações objetais e estados mentais, se torna desorganizado (ALMEIDA, 2010). Carreiro e Freire (2006), utilizando-se do conceito de cripta de Abraham e Torok, afirmam que, quando conteúdos transmitidos/herdados não recebem significado ao longo da vida, as transmissões se congelam, provocando zonas de congelamento, o que chamam de criptas. A transmissão destas pode ocasionar modos criativos de solucioná-las ou a repetição de sua transmissão.

FUNÇÃO DA TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL DO TRAUMA

O trabalho de transmissão, segundo Granjon (2000), permite ao sujeito se situar em relação ao grupo, ou aos grupos, e à geração se situar em relação a outras gerações. Favorece transformações e diferenciações; evolução entre o que é transmitido e, posteriormente, herdado; o processo de subjetivação; a constituição da história; e a conquista da herança. Todavia, não havendo laços, distância, elaboração e transformação, o conteúdo acaba por se impor em seu estado bruto ao receptor. Sempre há uma transformação do que é imposto à criança, pois “o que é transmitido por uma geração será recebido pelo filho ou filhos na malha das identificações e no tecido complexo dos laços familiares que vão modificar o que é transmitido” (p. 27). Pode até haver uma transmissão impositora de conteúdo à criança, mas esta deverá adquiri-lo, o que ocorrerá em função de seu lugar no grupo e de seu desenvolvimento. Acontece que este trabalho de transformação pode, e geralmente está, incompleto, pervertido ou inacabado.

Espera-se da criança o trabalho de integração, impossibilitado anteriormente pela característica traumática do evento vivido. É dela que se espera o preenchimento das lacunas, das falhas, das criptas deixadas pelo acontecimento inaceitável. “(...) e o que será encontrado na descendência é o indizível, o impensável, o processo do segredo mais do que seu conteúdo” (GRANJON, 2000, p. 26).

Compreende-se, então, que o que se espera do receptor é que integre as partes desprendidas do cristal para, então, elaborar a vivência experienciada pelo outro traumatizante. Contudo, o que intriga é por que, dentre vários irmãos, um foi o “escolhido” para receber este conteúdo.

Para Granjon (2000), o que é transmitido de uma geração para outra na modalidade negativa pode aparecer em gerações futuras em formas de enigmas, impensado. Entretanto, também pode construir continentes de negativo. Estes podem ser assombrações, criptas e segredos. Todavia, também podem ser alianças e laços que, de algum modo, mantém isolado aquilo que atrapalha o bom funcionamento psíquico dos indivíduos e da família, o que beneficia a família e possibilita que o sujeito se liberte sem deixar de permanecer ao grupo.

Este mesmo autor também apresenta o risco de a criança se identificar com o negativo. Ela pode ela mesma se constituir o continente negativo para libertar seus pais - ou seja, pode se constituir em uma exteriorização da falta, brecha, fantasma que o ancestral carrega -, uma vez que seu nascimento revelou ao mundo aquilo que não pôde ser elaborado pela geração anterior. Assim, a criança não é mais herdeira, mas sim o negativo de seu conteúdo; ela toma o lugar do negativo, personificando-o, e não apenas carrega o que deveria ser mantido escondido. Seus processos simbólicos se relacionarão com a impossibilidade dos pais elaborarem. O conteúdo é depositado na criança e ela não pode adquiri-lo, já que não é seu. Isso faz com que se constitua uma zona de alienação entre pai e criança, “que somente a construção de um “continente de negativo” determinável libertará (...)” (p. 32). Este continente de negativo pode vir em formato de sintomas, como dificuldade de aprendizagem e medos, por exemplo, e as respostas a tratamentos psicoterapêuticos individuais são bastante resistentes.

O que é oferecido à criança, nos termos do contrato de vida, o que lhe é proposto, é um lugar a ocupar e uma carga a assumir, permitindo-lhe adquirir este lugar que a funda. Aquilo de que deve se encarregar é assegurar a continuidade do ser-conjunto da família, fazendo-se herdeira dessa parte lacrada no pacto de aliança, o “pacto denegativo”, herdeira da Caixa de Pandora que tem por função conter e manter fora de alcance certas questões negativas da transmissão psíquica no momento da aliança, conservando o grupo familiar (GRANJON, 2000, p. 28).

Granjon (2000) afirma que o trabalho da psique em relação aos conteúdos herdados, não elaborados e presentes, está em construí-los, organizá-los e transformá-los por meio de experiências diversas e novas. Tal trabalho pode ocorrer individualmente ou em grupo. Um grupo possível é o grupo familiar.

TRAUMA E FAMÍLIA

Ao dar início aos seus estudos considerando o indivíduo enquanto integrante de um grupo, Freud (2011) afirma que é somente em situação de tribo, situação em que está unido a outros indivíduos, que algumas manifestações do inconsciente acontecem.

Para Freud (2011), sempre há na família alguém bastante influente a um determinado indivíduo, alguém que, para ele, “adquiriu (...) satisfação extraordinária” (p. 15). Todavia, ao notar que o fator numérico apenas despertaria na pessoa uma nova pulsão, sua hipótese quanto às pulsões é direcionada para a “possibilidade de que o instinto pode não ser primário e indivisível, e de que os primórdios da sua formação podem ser encontrados num círculo mais estreito como o da família” (p. 15-16).

Freud (2011) dedica uma parte de sua obra sobre a psicologia das massas para expor e analisar a contribuição de Gustave Le Bon a respeito do que esse autor denominou alma coletiva. Le Bon acredita que os indivíduos pensam, agem, enfim, manifestam-se, de forma diferente daquela que fariam isoladamente. Além disso, ele aponta que, não só age de forma diferenciada, como deixa de lado os desejos individuais de seus componentes de forma a desaparecerem suas particularidades e coloca à vista o inconsciente comum a todos. Novas características também aparecem no indivíduo. A este fato, Le Bon atribui como causa três fatores. O primeiro consiste na diminuição da responsabilidade do indivíduo pela manifestação de seus instintos, uma vez que se sente mais poderoso quando agregado a um número grande

de indivíduos que compõem a massa anônima. Desta forma, ele pode ceder aos seus instintos ao invés de controlá-los. O segundo consiste no contágio, observável, porém de difícil explicação. E o terceiro, a sugestionabilidade, a qual gera o contágio.

Considerando a família como um coletivo, de certa forma irreversível, sem volta, sem possibilidade de desconstrução, o conteúdo traumático do inconsciente familiar pode estar presente nas diferentes gerações desta família. A formação de uma família não permite uma desconstrução desta, ou seja, a partir do momento em que uma família é formada, ela será para sempre uma família; não há rompimento que a desconstrua, a não ser a morte de todos os integrantes, o que, geralmente, não é opção da própria família. O que pode haver é um rompimento de contato, todavia isso não desmancha a formação. É interessante notar também que dificilmente se sabe qual é a primeira geração de uma determinada família.

Segundo Puget (2000), o encontro entre duas ou mais pessoas leva à construção de uma realidade através da imposição recíproca e alternada de suas estranhezas e do não previsível, do indeterminado, do acaso. As estranhezas e a alteridade são os que sustentam a distância necessária para que tenha vínculo. Mas, estas também produzem os conflitos específicos deste encontro devido às suas propriedades peculiares. “Vai ficando claro que um vínculo é uma construção que se origina como efeito de um trabalho realizado entre dois ou mais sujeitos, como uma produção psíquica resultante da imposição de presenças (alteridades)” (p. 75).

Entretanto, a presença por si só não transforma um vínculo em potencialidade vinculante, com capacidade transformadora e de produção de novos sentidos. Para isso, é necessário que haja uma diferença complementar e/ou um espaço para um outro (PUGET, 2000).

A identificação permite ao indivíduo se agregar a grupos, os quais se aliam a outros grupos e, juntos, transformam e criam o material que é transmitido num espaço que permite elaboração e metabolização dos conteúdos, uma vez que este espaço possibilita a noção de pertencimento e, assim, a construção subjetiva (GOMES; ZANETTI, 2009).

Granjon (2000) chama a atenção para as especificações deste grupo (a família). É considerado primário devido às suas funções, à sua organização e à sua finalidade de se perpetuar; compõe-se por laços de compromisso, de filiação e de fraternidade; dá-se a partir da aliança de duas pessoas que se encontraram nas

falhas, nas fendas e nos insucessos de filiação de cada um; determina a aliança, os pactos e os contratos inconscientes mais do que em qualquer outro grupo devido à necessidade de continuidade geracional; tem por ponto central a transmissão psíquica, uma vez que seu projeto é o de se manter, de perpetuar a vida para além dos mortos e conservar sua identidade (individual e grupal); é composto por momentos críticos, como mortes e nascimentos, mudanças advindas do interior ou do exterior e também por momentos traumáticos.

Esses momentos críticos suscitam re-agrupamentos, trocas inabituais (muitos segredos são revelados por ocasião de um óbito, por exemplo) e a transmissão de objetos familiares concretos, às vezes os únicos resíduos carregados com o peso da história, mas não do sentido. (GRANJON, 2000, p. 21)

De acordo com Carreteiro (*apud* CARRETEIRO; FREIRE, 2006), as transmissões psíquicas familiares atuam sobre a herança familiar e também sobre a herança social, as quais estão uma sempre relacionada à outra.

Neste sentido, Carreteiro e Freire (2006) permitem introduzir aqui a questão social. Para elas, o dinamismo social também atua, bem como o dinamismo psíquico, na estruturação da herança. Quando alguns conteúdos, por estarem recalcados, não são introduzidos no dinamismo psíquico, torna-se possível a produção dos traumas familiares.

A escolha do parceiro objetal acontece, segundo Eiguer (*apud* ALMEIDA, 2010), de forma a complementar as representações sociais dos ancestrais dos membros do casal. Assim, as posições simbólicas na família (representações de papéis e representações pessoais) instituem as posições psicológicas de seus elementos constituintes e o modo como deverão encarar os conflitos herdados (ALMEIDA, 2010).

Kaës (*apud* GOMES; ZANETTI, 2009), entendendo a família como formadora da raiz intersubjetiva da vida psíquica e que o sujeito só se constitui no espaço e no tempo intersubjetivo geracional, afirma que:

o interesse suscitado pela transmissão da vida psíquica entre gerações testemunha a tentativa, há alguns anos, de elaborar a crise multidimensional que afeta os fundamentos e as modalidades da vida psíquica; a crise na inteligibilidade dos sofrimentos e das organizações patológicas; além das crises nas formas de tratamento e, conseqüentemente, nas condições de conhecimento da própria vida psíquica. (p. 94)

O mecanismo de transmissão psíquica transgeracional consiste, ainda de acordo com Kaës (*apud* GOMES; ZANETTI, 2009), na transmissão de conteúdos faltantes, doenças, vergonha, perdas, entre outros. Correa (2003), por sua vez, afirma que o que é transmitido para uma criança na relação mãe-bebê, por exemplo, é aquilo que se tem de negativo, que não encontra inscrição no psiquismo.

Todavia, a geração que recebe tais conteúdos nem sempre tem a possibilidade de elaborá-los, metabolizá-los, o que é maléfico/patológico/traumático a tal geração. Cabe a esta, então, criar modos de transformação subjetiva geracional. E é por esse motivo que se pode afirmar que o inconsciente de um sujeito é marcado, em seu conteúdo e em sua estrutura, pelo inconsciente de outro ou de outros (KAËS *apud* GOMES; ZANETTI, 2009).

Desde a gestação, muitas mensagens são passadas para a criança. Isso ocorre nos cuidados básicos (como troca, alimentação, banho, entre muitos outros), no processo educativo, no olhar, nas trocas de palavras, no tom da voz, etc. Entretanto, muitas destas mensagens não são compreendidas pela criança e assumirão algum sentido mais tarde, outras permanecerão enigmáticas, incompreensíveis. Estas, cujo sentido não fora encontrado pela criança, podem trazer alguns sérios riscos (GRANJON, 2000). Talvez seja nessa troca de mensagens que a criança “x” é eleita como receptora do conteúdo traumático. Não dá para duvidar de que já no momento da gravidez haja uma comunicação de inconscientes de mão dupla, ou seja, entre pai/mãe – criança. Haveria, então, nestas trocas, uma solução de compromisso, uma formação de um sintoma, o qual se manifestaria mais tarde de algum modo, exigindo elaboração.

Ainda fica difícil definir o motivo de ser esta a criança receptora. Pode-se pensar na fragilidade, suscetibilidade, como resposta. O transmissor a entende, inconscientemente, como mais frágil e, portanto, mais vulnerável, e ela aceita

facilmente o peso a carregar. Contudo, há um entrave nessa ideia, pois a criança escolhida pode também ter sido entendida, inconscientemente, como mais forte, mais capaz de carregar este peso e de elaborar seu conteúdo. Faltam-me conhecimentos para prosseguir nessa questão.

O grupo familiar também se constitui como um lugar para o depósito e para a elaboração de conteúdos transmitidos transgeracionalmente. Os elementos negativos podem ser dispersados, prejudicando os laços intersubjetivos e o grupo como um todo, e podem ser fechados, delimitados, dificultando o desvelamento do sentido (GRANJON, 2000).

A inscrição do sujeito em uma “cadeia” da qual é um “elo” e à qual se submete, a estruturação do sujeito singular e seu desenvolvimento psíquico em relação àquilo de que se constitui herdeiro e que lhe é transmitido, sua pertença a um grupo e as necessárias formações intermediárias que articulam os diferentes espaços psíquicos dos sujeitos e do grupo: todas essas interrogações, e muitas outras, abordam a questão da transmissão e implicam “a precedência do sujeito por mais de um outro” (como diz René Kaës) e a necessidade, para ele, de ser herdeiro forçado, beneficiário, mas também pensador, até mesmo criador, daquilo que lhe foi transmitido (GRANJON, 2000, p. 18).

Para Almeida (2010), o cruzamento (encontro, casamento) entre as gerações paterna e materna e o funcionamento de seus membros é possível pela transmissão psíquica.

Nessa transmissão, cruzam-se a identificação e a contraidentificação, a confluência traumática entre as linhagens paterna e materna, a delegação de posições, o entrelaçamento entre representações e afetos e os gradientes diferenciais de amor e de ódio. Estes são os afetos fundantes, investidos nas representações, que transitam numa família.
(ALMEIDA, 2010, p. 98)

A família, afirma Correa (2003), constitui-se em um espaço de intersubjetividade. A transmissão psíquica entre as gerações de uma família se dá de

diversos modos, os quais evoluem e são modificados perante situações internas ao grupo como mortes, nascimentos, separações, entre outros. Ela, a transmissão, se constitui em processos desorganizadores deste espaço intersubjetivo e também do intrapsíquico.

É depositada na criança, logo que esta nasce, a responsabilidade de manter a continuidade geracional e a identidade familiar. Entretanto, muitas vezes isto se dá às custas da saúde psíquica e/ou fisiológica deste novo indivíduo, uma vez que as mensagens transmitidas podem ser contra ou diferentes de suas percepções internas e externas (CORREA, 2003).

Abraham e Torok (*apud* FAÚNDEZ & CORNEJO, 2010) afirmam que um filho, em contato com um pai portador de uma cripta (cavidade, lugar secreto), carregará um fantasma psíquico em seu inconsciente. Isso se dá devido à transmissão do saber não sabido (a lacuna) existente no inconsciente do pai em razão de situações não elaboradas ou não introjetadas.

“Este poder de transmissão que exerce o psiquismo parental está ligado à capacidade de *tornar psíquicas* as experiências emocionais compartilhadas ou ainda de instaurar os processos transicionais no espaço familiar” (SOULIÉ, *apud* SUASSUNA, 2003, p. 11).

Segundo Minuchin (*apud* FAÚNDEZ & CORNEJO, 2010), as famílias podem ser caracterizadas de acordo com sua posição em um contínuo de limites, os quais definem quem participa e como participa. Os limites difusos caracterizam as famílias aglutinadas, que se fecham em si mesmas com bastante preocupação entre os membros, podendo carecer de mecanismos/ferramentas em casos de *stress*. De acordo com Felsen (*apud* FAÚNDEZ & CORNEJO, 2010), a falta de diferenciação entre os membros da família pode dificultar o desenvolvimento de formas autônomas de resolução de problemas nas crianças, dificultando, assim, sua separação em relação aos pais. As famílias desligadas, de acordo com Minuchin (*apud* FAÚNDEZ & CORNEJO, 2010), por outro lado, são caracterizadas por limites rígidos, implicando em comunicação difícil, falta de sentimento de pertencimento, de lealdade e de capacidade de interdependência, vivendo os membros de forma autônoma e independente.

A perspectiva sistêmica trazida por Faúndez e Cornejo (2010) entende que a transmissão transgeracional de conteúdos se dá pela lealdade e endividamento de membros das famílias uns para com os outros.

De acordo com Robert (*apud* SUASSUNA, 2003), o ato de transmitir envolve necessariamente uma ação (ou trabalho, mecanismo, etc) e uma diferenciação mínima entre dois indivíduos ou dois grupos, sendo que a relação entre um indivíduo e outro, emissor e receptor do conteúdo transmitido, se dá por um laço psíquico e intersubjetivo.

Granjon (2000) parece concordar com essa ideia, uma vez que considera que, para que ocorra a transmissão, é necessário que haja um laço entre o transmissor e o receptor, bem como uma distância entre eles. O receptor precisa acolher e se apropriar do conteúdo transmitido. Assim, ele é, ao mesmo tempo, herdeiro, beneficiário e adquirente singular do que lhe fora transmitido.

Suassuna (2003) afirma que, de acordo com Lemaire, a transmissão patológica de um conteúdo supõe a não reelaboração ou transformação do que lhe fora comunicado. Diz respeito à transmissão do inconsciente dinâmico (conteúdo recalçado), de valores, interditos, leis e regras, além de conteúdos conscientes e pré-conscientes.

Acredito que as faces do Eu traumatizado, em seu processo de reconfiguração, correspondem a esses conteúdos, uma vez que sua desconfiguração e reconfiguração teria justamente essa função: a de colocar ‘cada coisa em seu lugar’. “Por não terem sido elaborados pela ou pelas gerações precedentes, esses elementos brutos irão irromper nos herdeiros, atravessar o espaço psíquico sem apropriação possível.” (SILVA, *apud* SUASSUNA, 2003, p. 35). O conteúdo transmitido não é necessariamente patológico, mas este modo de transmissão é patológico em si, acompanhado de uma carga emocional muito grande que impossibilita o sujeito de pensar e agir com coerência, fazendo-o, muitas vezes, a ter atitudes incompreensíveis por ele próprio e por outros a sua volta, fazendo com que a defesa do receptor em relação ao conteúdo seja bastante precária, dando-se somente ao preço de uma autodestruição de uma parte de si. Aqui, pode-se pensar novamente no critério de “escolha” do receptor e podemos pensar que seu nível de defesa tenha que ser baixo para que seja “o eleito”. Contudo, também pode-se levantar a hipótese de que todos são candidatos e só se torna o receptor aquele que possuir menor defesa. São apenas

levantamentos de hipóteses e reflexões, porém ainda continua difícil embasar uma ou outra.

Em um colóquio em homenagem à Nicolás Abraham e Maria Torok, Correa (2000) enfatiza que esses psicanalistas trouxeram novos conceitos-chave para a clínica psicanalítica contemporânea, os quais compreendem as consequências da transmissão de segredos de família de geração para geração (fantasma), o luto patológico por alguém importante, “a identificação secreta com outro (fantasma de incorporação), e o enterro intrapsíquico de uma vivência vergonhosa e indizível (cripta)” (p. 9). Também há um importante assinalamento deles em relação ao movimento constante do sujeito na recriação de si e na procura de sentido.

O segredo é um ponto bastante importante na obra de Abraham e Torok, segundo Tisseron (*apud* CORREA, 2000). A interdição de falar é mais importante que o conteúdo do segredo. “Na transmissão psíquica geracional é o silêncio, o que “não se pode falar” em relação a um fato ou experiência, o que faz efeito de interdição” (p. 15) e, segundo Granjon (2000), transmitir é mais importante do que aquilo que é transmitido.

A transmissão transgeracional de conteúdos, de acordo com Abraham e Torok (*apud* FAÚNDEZ & CORNEJO, 2010) acontece entre gerações sucessivas, que faz com que seja possível, segundo Faúndez e Cornejo (2010) que conteúdos de crianças possam ser afetados pelo funcionamento psíquico de seus avós, mesmo não tendo os conhecido, pois sua vida psíquica está marcada na de seus pais. Na primeira geração, o conteúdo se encontra condenado ao secreto, não pode ser revelado, não se pode falar sobre ele, pois gera dor e culpa. Na segunda geração, o secreto não pode ser objeto de representação verbal, mas o portador intui a existência do conteúdo, apesar de ignorá-lo. Na terceira geração, o conteúdo se converte em algo que existe, mas que não pode ser acessado mentalmente.

Enfim, a existência de cada um no grupo familiar está fundada no lugar oferecido e ocupado na cadeia das gerações, na relação com aqueles que o precederam e que não mais existem, que se calam em uma herança que ele deve gerir, adquirir e transmitir – e que depende, certamente, de seu desprendimento possível deste lugar (GRANJON, 2000, p. 21)

CONCLUSÃO

Pôde-se compreender o trauma como a incapacidade do sujeito em reagir a um determinado evento ocorrido de modo surpreso e intenso. Esta experiência provoca um grande afluxo de excitações psíquicas que geram angústia, uma vez que não podem ser metabolizadas, elaboradas, e será guardada no inconsciente. Será em um segundo (posterior) momento que esta lembrança será reativada pelo caráter mnêmico e a primeira experiência será vivenciada como um trauma. Este segundo episódio irá exigir a elaboração do primeiro.

Para o estudo do trauma, é de extrema importância considerar que este somente ocorre através de uma relação, logo se pode pensar em um sujeito traumatizado e um outro traumatizante. Este outro pode ser um indivíduo, um grupo de pessoas, um acidente, tragédias naturais, família, entre outros. A relação, entretanto, é assimétrica, uma vez que há um “mais forte” que impõe a experiência ao sujeito receptor, que pode ser considerado “mais fraco”, já que não consegue reagir à experiência.

A incapacidade psíquica do sujeito em reagir a uma determinada situação leva, posteriormente, à configuração desta como traumática a ele e, como não é metabolizada, leva à clivagem, a qual tem a função de diminuir a dor e o sofrimento, frutos do trauma. As relações intersubjetivas e com o mundo serão pautadas pela clivagem e por pactos que determinarão o destino do conteúdo traumático que fora recalado. Estes pactos são os pactos denegativos, os quais organizam as relações, envolvendo as identificações, crenças e ideias comuns, mas também as renúncias, as rejeições, os sacrifícios. Assim, manterão a relação aparentemente saudável, uma vez que criarão espaços de fuga que alienarão o sujeito de sua própria história. Este espaço pode ser a transmissão do conteúdo traumático a gerações posteriores.

Na transmissão transgeracional, o conteúdo é transmitido em seu estado bruto, impossibilitando integração psíquica. Nela, a transmissão se dá pelas gerações e leva o indivíduo a se tornar o responsável por uma parte da história do outro; ocorre sem espaço para mudança; transmite o irrepresentado, afetando o indivíduo e a intersubjetividade da família. Deste modo, o receptor se torna responsável por aquilo que recebeu, mas que desconhece, que não entende. Ele não tem espaço para aceitar

ou não este conteúdo; ele precisa acatar para se manter pertencente àquele grupo familiar.

Quando conteúdos transmitidos/herdados não recebem significado ao longo da vida, as transmissões provocam zonas de congelamento (criptas). A transmissão destas pode propiciar modos criativos de solucioná-las, de elaborá-las, ou a repetição de sua transmissão.

Espera-se do receptor o trabalho de integração, impossibilitado anteriormente pela característica traumática do evento vivido. Todavia, ele nem sempre tem a possibilidade de elaborá-los, metabolizá-los, o que é maléfico/patológico/traumático a sua geração. Cabe a esta, então, criar novos modos de elaboração. Assim, é possível afirmar que o inconsciente de um sujeito é marcado, em seu conteúdo e em sua estrutura, pelo inconsciente de outro ou de outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. **Uma proposta sobre a transgeracionalidade: o absoluto.** *Ágora (Rio J.)*[online]. 2010, vol.13, n.1, p. 93-108. ISSN 1516-1498.

CARRETEIRO, Teresa Cristina; FREIRE, Letícia de Luna. **De mãe para filha: a transmissão familiar em questão.** *Psicol. clin.* [online]. 2006, vol.18, n.1, pp. 179-191. ISSN 0103-5665.

CORREA, Olga B. Ruiz. Colóquio em homenagem a Nicolas Abraham e Maria Torok. In: _____. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional.** São Paulo: Escuta, 2000. p. 09-16.

_____. Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: _____. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional.** São Paulo: Escuta, 2000. p. 61-71.

_____. **Transmissão psíquica entre as gerações.** *Psicol. USP* [online]. 2003, vol.14, n.3, p. 35-45. ISSN 0103-6564.

FAÚNDEZ, Ximena.; CORNEJO, Marcela. **Aproximaciones al estudio de la Transmisión Transgeracional del Trauma Psicosocial.** *Revista de Psicología*, vol. 19, num 2, agosto-dezembro, 2010, p. 31-54. Universidad de Chile, Santiago, Chile.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-113.

GOMES, Isabel Cristina; ZANETTI, Sandra Aparecida S.. **Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular**. *Psicol. USP* [online]. 2009, vol.20, n.1, p. 93-108. ISSN 0103-6564.

GRANJON, Evelyn. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, Olga B. Ruiz (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 17-43.

KAËS, René. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. In: CORREA, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 45-59.

LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PUJET, Janine. Disso não se fala...Transmissão e memória. In: CORREA, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-87.

SUASSUNA, A.M.V. **A transmissão psíquica entre gerações**. Disponível em: <<http://www.anasuassuna.com.br/portugues/ATRANSMISSAOPSIQUICAENTREGERACOEES.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2012.